



Exma. Senhora
Chefe do Gabinete de Sua Excelência a
Presidente da Assembleia da República
Dra. Noémia Pizarro

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

Nº: 4218
ENT.: 3635
PROC. Nº:

08/08/2014

ASSUNTO: RESPOSTA À PERGUNTA N.º 2050/XII/3.ª

Encarrega-me a Secretária de Estado dos Assuntos Parlamentares e da Igualdade de junto enviar cópia do ofício n.º 896/2014, datado de 08 de agosto, remetido pelo Gabinete da Senhora Ministra da Agricultura e do Mar, sobre o assunto supra mencionado.

Com os melhores cumprimentos,

A Chefe do Gabinete

Marina Resende



GABINETE DA SECRETÁRIA DE ESTADO DOS
ASSUNTOS PARLAMENTARES E DA IGUALDADE
ENTRADA N.º 3635
DATA: 08/08/2014

Exma. Senhora
Chefe do Gabinete da Secretária de Estado dos
Assuntos Parlamentares e da Igualdade
Dr.ª Marina Resende

SUA REFERÊNCIA

SUA COMUNICAÇÃO DE

NOSSA REFERÊNCIA

DATA

N.º:
ENT.:
PROC. N.º:

ASSUNTO: Resposta à Pergunta n.º 2050/XII/3ª, de 9 de julho de 2014 - Problemas no Porto de Pesca da Baleeira (Sagres);

Em resposta à Pergunta n.º 2050/XII/3ª, de 9 de julho de 2014, encarrega-me Sua Excelência a Ministra da Agricultura e do Mar (MAM) de informar V. Exa. do seguinte:

Pergunta 1 - Reconhece o Governo que o cais do Porto de Pesca da Baleeira se encontra muito degradado, colocando em causa a segurança dos seus utilizadores? Quando serão realizadas as indispensáveis obras de renovação do cais?

R: A Docapesca, Portos e Lotas, SA com as atribuições de autoridade portuária, decorrentes da entrada em vigor do DL 16/2014, de 3 de Fevereiro, tomou conhecimento da situação de operacionalidade dos portos na área de jurisdição do IPTM.

O estado infraestrutural das pontes-cais do Porto da Baleeira foi avaliado, tendo sido concebido um projeto de reabilitação, terminado em 2012, no âmbito das candidaturas do Programa POLIS Sudoeste e Costa Vicentina.

Trata-se de um investimento de cerca de 2 milhões de euros, em que a participação nacional (1/4 daquele valor) será da responsabilidade, partilhada em partes iguais, da autarquia e da Docapesca, Portos e Lotas. Refira-se que no plano de atividades e no orçamento da Docapesca, aprovados para 2014/2015, está prevista uma verba de 250 000€ para dar cumprimento a este compromisso.

No entanto, face à proximidade do prazo de encerramento da elegibilidade de despesas no programa PROMAR (Dezembro 2015), a Docapesca e a Sociedade POLIS Sudoeste vão analisar a viabilidade de realizar primeiro a recuperação de uma das pontes-cais ao abrigo do PROMAR, em 2015, e só depois da segunda pelo FEAMP, 2016, sempre atendendo aos prazos de candidatura, aprovação e procedimentos legais de contratação pública, obrigatórios nestes investimentos.

Mais se informa que no Plano de Investimentos da Docapesca para a Requalificação das Lotas com vista ao cabal cumprimento das regras de Higiene e Segurança Alimentar (HACCP), em curso na Docapesca, num valor global aproximado de 10 milhões de euros, em projetos candidatados ao Programa PROMAR, está prevista uma intervenção estimada em 177.664,84€. A abertura de procedimento para o concurso realizar-se-á até final do ano e as obras decorrerão até final do primeiro semestre de 2015.

Ainda na área portuária, a Docapesca vai requalificar o edifício da antiga lota através de um investimento da ordem dos 332 800,00€, resultantes de uma candidatura ao GAC-Barlavento, com vista a preparar este edifício para a promoção dos produtos do “Mar de Sagres”. Está em preparação o procedimento (arquitetura e engenharia), a abrir em Setembro deste ano, para que a empreitada possa ser iniciada em Janeiro do próximo ano e concluída também no final do primeiro semestre de 2015.

Pergunta 2 - Tem o Governo conhecimento do sério problema com o abastecimento de combustível às embarcações que operam a partir do Porto da Baleeira? Que medidas urgentes o Governo vai tomar para resolver este problema?



R: O abastecimento de combustível é assegurado atualmente por uma das empresas petrolíferas do mercado nacional, licenciadas para tal, tendo-se verificado um incidente técnico no sistema de abastecimento, face ao qual se encetaram os procedimentos de segurança para evitar riscos para as pessoas e embarcações, enquanto tecnicamente se resolve a situação.

Refira-se que a haver qualquer problema com este concessionário, a Docapesca encetará novo concurso, com o mesmo fim - abastecimento de combustível às embarcações -, uma vez que a Docapesca não pretende vender combustível.

Pergunta 3 - Confirma o Governo que a Docapesca pretende expulsar os pescadores de um recinto descoberto usado para guardar as artes de pesca que não estão a ser utilizadas, entregando-o a uma empresa espanhola para que esta construa aí uma depuradora e um armazém? Pode o Governo garantir que esta expulsão não se concretizará e que os pescadores poderão continuar a usar o referido recinto para guardar as suas artes de pesca? Em vez de expulsar os pescadores de um espaço que estes utilizam há mais de três décadas, está o Governo disponível para considerar a construção nesse espaço de um armazém para que os pescadores possam guardar as suas artes de pesca em melhores condições?

R: No âmbito da Estratégia Nacional para o Mar e do Plano Nacional de Aquacultura estão previstas ações de apoio ao desenvolvimento da Aquacultura, considerando-se os portos e áreas portuárias como locais por excelência onde se poderão desenvolver as estruturas necessárias para apoio ao sistema de culturas marinhas (*offshore*), quer pela existência de cais de atracagem das embarcações de apoio a essa atividade, quer pela existência de armazéns para a guarda de apetrechos, rações e demais equipamento, e ainda de terraplenos (alguns infraestruturados) para a implantação de unidades de acondicionamento do pescado, depuradores e outras necessidades para o desenvolvimento da mesma.

De facto, por deliberação do Conselho de Ministros, na sua Resolução nº 12/2014, de 12 de Fevereiro de 2014, onde aprovou a Estratégia Nacional para o Mar, a Aquicultura é considerada um dos cinco domínios estratégicos de intervenção preferencial, em linha com o crescimento da economia azul e segundo uma matriz de desenvolvimento regional, bem como referida como factor de equilíbrio, reduzindo as necessidades de importação de pescado face à procura. Saliente-se ainda que, no mesmo documento, é dado enfoque ao ordenamento do espaço marítimo orientado para a aquicultura, bem como a vocação dos Fundos Europeus em torno de quatro pilares, sendo um deles a “Aquicultura Verde e Inteligente”.

Neste enquadramento, na área portuária da Baleeira, verifica-se uma procura crescente de espaços para outras atividades para além da pesca tradicional. Assim, tem-se verificado uma procura para cais de acostagem e fundeadouros por parte da Náutica de Recreio e Marítimo-Turística - mergulho, passeios, eventos de vela e windsurf, a par das atividades mais tradicionais como a de Estaleiros - e, mais recentemente, de áreas para apoio a Unidades de Aquacultura *Offshore* (mexilhão e ostra), já licenciadas ou em curso de licenciamento no espaço marítimo próximo do Porto da Baleeira.

Encontra-se neste caso um processo sobre o qual decorreu um edital para publicitação da pretensão para a construção de uma Unidade de Acondicionamento de Bivalves, para a parcela 1, tendo sido manifestada uma reclamação (Associação dos Pescadores, entretanto respondida), e uma outra pretensão para o mesmo espaço. A Docapesca, aplicando a legislação em vigor, terá de iniciar o procedimento do concurso para atribuição do espaço. Paralelamente, foi recebido um pedido para ocupação da parcela 2 para uma unidade de produção de juvenis de bivalves (‘maternidade’).

Neste sentido, foi decidida a preparação dos documentos procedimentais para um concurso público com vista à atribuição das áreas de terraplano para apoio a unidades de aquacultura, no terraplano entre o cais e a área dos armazéns.



Na verdade, devido à expansão da atividade desenvolvida por várias empresas, sediadas naquele porto, no âmbito da exploração, tratamento e comercialização dos recursos marinhos, bem como face à quantidade de solicitações no sentido de obterem, por licença ou concessão, parcelas de terreno para apoio à sua atividade, tornava-se imprescindível reordenar o Porto de Pesca da Baleeira, em Sagres.

Assim, em 18-03-2013, depois de obtidos os pareceres internos, o Diretor Delegado do IPTM aprovou uma proposta de reordenamento para ocupação de terraplenos naquele porto.

No entanto, possivelmente devido ao processo de externalização da gestão dos portos de pesca e marinas de recreio, em curso, o procedimento de reordenamento do Porto de Pesca da Baleeira, em Sagres, não foi concluído.

Assim, tendo em conta as expectativas criadas nos agentes económicos mercê desse reordenamento, bem como o facto de o Regulamento atualmente em vigor não corresponder ao ordenamento do porto de pesca elaborado e aprovado pelos serviços da Delegação do Sul do IPTM, IP, e remetido à Sociedade Polis que o contemplou no âmbito do Projeto de Qualificação e Valorização do Porto da Baleeira, a Docapesca, atuando como administração portuária, decidiu retomar o processo de alteração do Regulamento de Exploração do Porto da Baleeira, colocando para apreciação pública uma proposta de alteração do Regulamento, anexando-se uma planta de ordenamento dos terraplenos e áreas para os diversos fins - cais de descarga do pescado, cais de abastecimento de combustível e água potável, passadiços de estacionamento de embarcações, estaleiro com alagem e querenagem de embarcações, rampa varadouro, estendal de redes e área para as instalações de apoio às culturas marinhas (6 parcelas). Este procedimento, publicado, de acordo com o art.118º do CPA, em Diário da República, 2ª série (7-8-2014), e nos meios de divulgação habituais, encontra-se em curso até ao início de Setembro.

Com esta alteração ao Regulamento, ficará salvaguardada uma área para arrumo de redes e aprestos, junto à arriba consolidada (onde aliás já estão depositados grande parte), bem como para o desenvolvimento de estruturas de apoio, expedição e transformação de produção aquícola.

Pergunta 4 - Tendo em conta que o atual cais flutuante é demasiado pequeno para as atividades piscatórias e marítimo-turísticas, está prevista a instalação um novo cais flutuante ou o prolongamento o atual? Quando é que isso ocorrerá?

R: Como referido no ponto 1, a reabilitação das pontes-cais existentes permitirá dar resposta adequada à pretensão das embarcações das marítimo-turísticas, uma vez que haverá espaço de estacionamento, e de embarque/desembarque para as embarcações dedicadas às diferentes atividades.

Pergunta 5 - Reconhece o Governo que uma simples intervenção na lota do Porto da Baleeira (colocação de um novo painel electrónico) permitiria aos pescadores acompanhar de forma direta e simplificada o desenrolar de todo o processo de pesagem e venda? Irá o Governo dar resposta a esta reivindicação dos pescadores?

R: Os Pescadores que utilizam as 22 Lotas do continente a todo o momento têm acesso ao recinto da entrega do pescado e aos locais para assistirem ao leilão do mesmo (bancadas), apenas não podendo circular nos espaços do leilão por questões que se prendem com as regras de Segurança e Higiene Alimentar.

A Docapesca até este momento desconhecia qualquer pretensão dos pescadores quanto a esta questão de assistência através de um LCD. De todo o modo, será avaliada a razoabilidade da pretensão.

Com os melhores cumprimentos,

O Chefe do Gabinete

José Pedro Martins